



ARQUIVO DOS ARTIGOS DO SITE DA ABPE

ESPIRITUALIDADE E EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE

J.F. Regis de Moraes

INCONTRI, Dora. (Org.) *Educação, Espiritualidade e Transformação Social*
São Paulo: Editora Comenius, 2014.

Espiritualidade e Educação na Universidade

J. F. Regis de Moraes

Graduação em Filosofia e Ciências Sociais, Mestrado em Filosofia Social, Doutorado em Educação, Livre Docência em Filosofia da Educação. Professor Titular aposentado da Unicamp e atual Professor da Unisal (Universidade Salesiana). Autor de mais de cinquenta livros com temas educacionais, filosóficos, literários. Entre eles, Espiritualidade e Educação, Ética da Compaixão, Filosofia do Diálogo, Sociedade e Educação.

Desde que as universidades surgiram como instâncias sociais mais elevadas do saber institucionalizado, muito tem acontecido a elas em seu desenvolvimento, modificando-as para melhor ou para pior, no âmbito de um processo de secularização e laicização que remonta – de modo mais explícito – ao Renascimento (século XVI). Algo, no entanto, não mudou: durante os séculos de sua existência a universidade vem sendo socialmente vista como o lugar por excelência de qualificação intelectual e também profissional dos cidadãos, bem como de cultivo sofisticado das estruturas fundamentais de conhecimento, no século XX passando a ocupar-se das chamadas *pesquisas de ponta*, sobretudo no campo de tecnologia fina.

Nos séculos XX e XXI, estudos em quantidade têm sido feitos e publicados sobre a instituição universitária, destacando-se nesse movimento de pesquisa uma profusão de levantamentos estatísticos que nos dão perfis numéricos de quase tudo que diga respeito à realidade em questão. Predominam investigações de caráter analítico, muito voltadas para expressões curiosas como “diagnóstico” ou “avaliação do momento”. Isso, porém, faz lembrar Ernst Cassirer quando, no seu livro *Antropologia Filosófica – ensaio sobre o homem*, comenta, já no final do primeiro capítulo (“A crise no conhecimento do homem sobre si mesmo”), que nunca foram reunidos tantos dados sobre o homem como agora: dados médicos, psicológicos, sociológicos etc., e talvez nunca se tenha compreendido tão pouco

o ser humano (1972, p. 15-46). Isso porque, a uma tal quantidade de dados e informações não corresponde uma visão articuladora (talvez uma “espinha dorsal”) capaz de integrar os informes obtidos numa grande estrutura de entendimento. Eu dizia que o que Cassirer afirma sobre a compreensão do homem lembra o que está acontecendo agora quanto à compreensão da instituição universitária. Desta também temos miríades de informes; mas raros são os estudiosos que têm ensaiado análises que sejam meios para uma síntese integradora.

Os últimos séculos têm-se proposto a ajuizar criticamente a realidade universitária, e aí passamos a ver variadas posições de pensamento entrechocando-se no cenário de uma tal avaliação. Embora tais proposições nos ofereçam um espectro composto de muitos matizes, podemos reduzi-lo às suas cores básicas, percebendo que, fundamentalmente, o que vemos é a reedição perante a universidade das posturas que a contemporaneidade ainda vem assumindo perante, por exemplo, a ciência. Ante esta dá-se um revezamento: num extremo, o deslumbramento acrítico (outrora solidificado pelos cientificismos dos séculos XVIII e XIX), e, noutro extremo, a iconoclastia pura e simples, num gosto orgiástico pela demolição. Quanto à universidade, encontramos também uma defesa triunfalista de sua realidade e de seu papel (do tipo “templo do saber” ou “celeiro do futuro”), ou uma acusação leviana resultante de sérias distorções ideológicas – inclusive as que revivem o “mito do bom selvagem”, calcando seus golpes sobre o caráter repressivo e não criativo do atual fazer universitário.

Segundo avalio, as nossas carências a esse respeito repousam sobre a falta de duas coisas: primeiro, de senso crítico no sentido mais rico dessa expressão (implicando serenidade, capacidade de olhar para a vida e enxergar tudo e não apenas a partir de motivações ideológicas e, especialmente, uso de critérios bem plantados no contexto sociocultural que nos acolhe); depois, falta de esforço por uma reflexão de conjunto e, por assim dizer, medular, marcada por uma desconfiança salutar para com as ideias preconcebidas.

No século XIX, o cardeal Newman iniciava seu extraordinário *The idea of university* queixando-se de se sentir um navegador solitário em águas insólitas, em razão de ser quase inexistente, à época, uma bibliografia para auxílio de quem desejasse pensar a universidade (1946, p. 302). Nós não podemos fazer queixa semelhante, pois que há bons autores tratando hoje da questão universitária; entretanto, até podemos queixar-nos de que reflexões que busquem a essencialidade do tema não são muitas nem muito abertas e, o que é humano, às vezes empobrecidas por esquemas analíticos muito ideológicos.



Aquilo a que me proponho neste ensaio é, inevitavelmente o meu ponto básico de vista, mantê-lo como *minha* perspectiva, mas não como a única perspectiva aceitável; proponho-me a, com auxílio de autores respeitáveis, buscar ideias outras que contribuam com a reflexão atual sobre o tema da universidade.

Universidade e contexto sociocultural

Há um ensaio de enorme importância publicado nesses últimos anos nos Estados Unidos pelo professor Philip G. Altbach com o seguinte título: “The university as center and periphery” (SPITZBERG Jr., 1980). Elejo esse texto como um bom ponto de partida para os meus propósitos nas reflexões que ora início. Altbach lembra que as universidades são partes competentes de sistemas complexos porque são produtoras e disseminadoras de conhecimento em seus próprios países, além do que, participam, direta ou indiretamente, de um sistema internacional no qual, – de forma intencional ou não –, interagem com instituições estrangeiras. Assim, para que compreendamos as universidades, necessitamos entender: a) os modos de relacionamento de cada instituição universitária com sua realidade social mais próxima; b) os seus modos de inserção na ordem internacional do conhecimento.

Escreve Philip Altbach:

No coração deste debate estão as noções de centro e periferia. Um tema subsidiário é o neocolonialismo. A presente equação internacional da educação tem certos centros institucionais e intelectuais, os quais imprimem direção, promovem modelos, produzem pesquisa e, em geral, funcionam como o pináculo do sistema acadêmico. No extremo oposto do espectro estão universidades que são periféricas, no sentido de que elas copiam desenvolvimentos estrangeiros, produzem pouco que seja original, e não estão geralmente nas fronteiras do conhecimento. As instituições centrais são orientadas para pesquisa, prestigiadas e orientadas na direção do sistema internacional do conhecimento. Suas bibliotecas tendem a ser amplas e seus laboratórios bem equipados. As instituições têm acesso à maior parte dos fundos de pesquisa, produzem maior número de graus doutorais e são reconhecidas como líderes. Num sentido, as universidades centrais são as produtoras, não obstante tenham uma importante função docente. As instituições periféricas, as quais se constituem em grande maioria, são basicamente distribuidoras do saber. Elas são dependentes das instituições centrais para inovação e para orientação. Suas condições são geralmente pouco adequadas, e os professores são mal compensados e pouco prestigiados. (SPITZBERG Jr., 1980, p. 43)

A citação é longa, mas traz em si como que a síntese dos motivos principais do mencionado autor, sendo, para este escrito, indispensável a sua presença nas palavras de Altbach.

Esta coisa, porém, de centro e de periferia não estabelece apenas uma relação entre países. No interior de cada país, aí também se definem universidades “centrais” e “periféricas”. Em termos de países tomados em comparação, é fácil vermos que universidades como a de Paris, de Berlim, de Harvard, de Oxford, de Louvain e outras, como que dão o tom do que deve ser reeditado em países dependentes. Mas, mesmo nesses países avançados tecnológica e cientificamente, há aquelas instituições universitárias que as demais acompanham; coisa que acontece idêntica nos países menos privilegiados: neles também há universidades que ditam a moda acadêmica e dão o tom em termos de pesquisa, ensino e extensão.

Há uma questão ainda mais curiosa. Como as revistas acadêmicas mais famosas e de circulação internacional estão nos centros ricos, estas publicações estabelecem uma dada *linguagem* na qual devem expressar-se (internacionalmente) os que desejarem ver um trabalho seu publicado ali. Isso vai sutilmente puxando os acadêmicos dos países desprivilegiados para fora da sua realidade sociocultural em troca de reconhecimento internacional; quero dizer: a linguagem na qual muitos escrevem não é a que seria auxiliadora do seu meio social. Juntam-se, portanto, a febre das instituições centrais de exportar modelos de pesquisas combinada com a sofreguidão das periféricas em consumi-los. Daí, talvez, o *estetismo* ou o caráter mimético das universidades pobres; não se trata de mero deslumbramento sempre, mas, muitas vezes, de real falta de recursos para *produzir*.

Quando, de forma demasiado apressada, criticamos a tendência a uma cultura ornamental e retórica nos países despossuídos, ou quando comentamos em seus intelectuais um gosto mais por parecer do que por ser que os expõe aos mais variados modismos alienígenas, nem sempre nos dedicamos a investigar o enorme processo que os faz viver em função dos padrões dos países que puderam resolver seus problemas sociais e político-econômicos podendo estabelecer a si mesmos como *motivo* de suas preocupações científico-filosóficas. Assim que, não basta apontar-se o traço estetizante ou mimético da vida cultural brasileira, tem sido um longuíssimo episódio de submissões.

As universidades devem ser lugares de investigação, documentação, criatividade e ensino. Tudo isso, porém, é movido por uma intencionalidade: investiga-se e documenta-se *para* dadas finalidades, cria-se *para* alguém e ensina-se a alguém. E, nesse ponto, fica inevitável o questionamento quanto ao grau de aproximação e compromisso que cada instituição universitária mantém com a sociedade que a criou, a subsidia financeiramente e a acolhe. Noutras palavras, o questionamento quanto a se a universidade tem que *habitar* o seu universo ou se lhe basta situar-se geograficamente nele. Fique claro que não defendo a ideia



de uma universidade misantrópica que, sendo cultora de algum tipo de xenofobia, acabe perdendo de vista o universalismo que deve caracterizar as atividades de pensamento e de investigação empírica; desde o final do século XX, para se dizer pouco, soaria bem ultrapassada a defesa de uma universidade de interesses puramente nacionalistas. Para se dizer pouco mesmo, porque o fechamento de um localismo redutor acabaria por ser a própria negação da proposta universitária.

De toda forma, cumpre a todas as instituições e a cada uma das universitárias fazer fundamentar-se o seu cosmopolitismo exatamente no atendimento aos compromissos locais. É maravilhoso fazer-se pesquisa de ponta ou desenvolver-se “tecnologia fina”, mas isso desde que estejam contempladas as necessidades mais básicas da sociocultura, na qual se planta qualquer universidade. Isso porque, opondo-se à expressão “tecnologia de ponta” uma outra expressão “tecnologia de corpo” (esta última mais rudimentar mas urgente a um povo), o que vemos muito acontecer é um investimento de grande sacrifício de sociedades pobres em projetos de pesquisa cujos resultados só vão poder ser aproveitados por povos industrialmente mais avançados, dando-se aí um dos mais lamentáveis desperdícios de verbas justamente entre os que já as têm pouquíssimas. As instituições universitárias são, portanto, locais onde urge encontrar-se um sábio equilíbrio no qual contraponham de forma produtiva as necessidades particulares e as universais. Disso, aliás, tratei detalhadamente em um texto intitulado “O estetismo na universidade – algumas reflexões” (1989, p. 151-184), lugar no qual procurei denunciar inclusive modos segundo os quais tanto o localismo quanto o universalismo podem ser usados como disfarces pelos processos de alienação que participam da dinâmica acadêmica.

Nas décadas de 1960 e 1970, as universidades muitas vezes foram vistas como verdadeiras ameaças sociais, como lugares suspeitos de forte concentração de ativismos ideológicos. Elas ficaram famosas por serem desastrosamente agitadoras. Hoje as universidades intrigam por seu silêncio passivo, ausentes que se encontram há mais de uma década das manchetes dos periódicos. Vez ou outra, um jornal ou uma revista seleciona um grupo de docentes desencantados e parasitários, conseqüentemente desatentos dos seus deveres, para a elaboração de matérias levemente generalizadoras. Então, talvez seja a hora de corajosamente colocarmos a questão: As universidades perderam sua importância por uma carência de funções realmente necessária? Em palavras mais diretas ainda: Tornaram-se supérfluas?

Segundo percebo, o que ocorre é que a sociocultura como um todo tem passado por profundas transformações resultantes de deslocamentos axiológicos, de mudanças nas relações institucionais – coisas estas oriundas de formas novas

de conceber o mundo e a vida nestes tempos novos. No entanto, as mudanças e readaptações que constatamos na realidade escolar – por extensão, na universitária – são demasiado superficiais, quando se têm dado. É um contrassenso recebermos, no início do século XX, um modelo de universidade como o de Von Humboldt, e estarmos a mantê-lo até hoje, mudando-lhe, quando muito, trajos bem exteriores. Todas as crises, experiências e rupturas vividas pelo século XX exigem revisões institucionais profundas, que penetrem desde as estruturas de sustentação social até as formas atuais e peculiaridades de comportamento individual e grupal. É chegado um tempo no qual a tradição deve ser apreciada e preservada em seus aspectos frutíferos e positivos, mas também deve ser negada em suas contradições e aparatos preconceituais. Sobretudo é chegado um momento no qual a universidade tem de se abrir às novas formas de expressão cultural resultantes dos sistemas vetoriais que dinamizaram nosso século. John Newman, o cardeal, Von Humboldt, ou o conciliador cardeal Mercier – todos estes deixaram-nos ensinamentos de extraordinária importância e os precisamos fazer valer. Mas é pouco lúcido imaginar-se que esses grandes homens, vivendo no século XIX ou nos albores do século XX, pudessem-nos legar uma concepção de universidade completamente válida para estes anos iniciais do século XXI.

As novas expressões culturais: universidade, pensamento e ciência

O analista superficial deixa-se fascinar em demasia pela superfície. Mas, quando falamos de negócios humanos, sobretudo em termos do sociocultural, abordamos uma realidade volumétrica. Se a superfície é o domínio do olhar puro e simples, o volume – conquanto convoque o olhar – é muito mais desafio à conjectura e exigência de reflexão. Em alto, largo e profundo, o volume é constituído pela trama do visível com o invisível: ambos reais.

Hoje são muito encontrados os estados de espírito marcados por fundo e sincero pessimismo. Vemos as imagens e lemos as notícias que nos chegam de todo o mundo e acabamos descrentes de que algo esteja de fato progredindo em nosso tempo. Mas raro é aquele que se dá conta de que os que *fazem notícia* são os nossos semelhantes de vida mais ruidosa: de um lado, os extraordinariamente criativos, generosos ou (o próprio vocábulo chama a atenção) brilhantes; de outro lado, os sociopatas, os criminosos psicopatas e os fascinados pela destrutividade. Ora, as notícias têm cores muito vivas; e nos próprios livros em que estudamos história são destacadas as grandes civilizações. De minha parte, só vim a saber do apaixonante povo de Samoa graças à pena ao mesmo tempo científica e amorosa da antropóloga Margareth Mead.



Mas, como já se disse, nunca foi escrita a história dos povos sem história: seja em termos de civilizações menores, seja em termos de homens e mulheres anônimos de ontem e de hoje. Há uma quantidade enorme de seres humanos que vivem, por assim dizer, pelas costas dos noticiários; um contingente estupendo de anônimos interessados na melhoria da vida e do mundo – gente íntegra, batalhadora, mas silenciosa. Pessoas que nunca escreveram livros, nem artigos, que não governaram mais que a si mesmas e jamais estiveram em páginas de noticiários, mas que, no entanto, em sua modéstia foram os alicerces poderosos da sustentação do que há de bom na humanidade. Quando consideramos tudo isso, aí nos aproximamos de avaliações menos superficiais e sentimos profundas alterações no atual substrato do convívio humano. Eis uma das razões por que não sou pessimista, nem quanto ao geral dos destinos humanos e nem quanto às possibilidades das instituições universitárias.

O que vejo neste momento e me impressiona é a emergência de novas formas de expressão cultural que chegam a uma universidade acomodada e despreparada para tratar habilmente com elas. O que chamo de “tratar habilmente” com as novas formas de expressão cultural não consiste em apenas submeter-se, a universidade, a elas de forma acrítica; não consiste necessariamente em procurar *agradar* aos jovens de mentalidades distintas que vêm para o convívio do meio acadêmico. Consiste, isto sim, em abertamente procurar compreender as razões dessas novas formas culturais e, com o máximo de discernimento e respeito, auxiliar o aluno a preservar suas qualidades criativas, generosas e libertárias, ajudá-lo na conquista de uma autonomia madura, mas também levá-lo a ver claro – no próprio espelho da convivência e da vivência – o que em seu modo de ser vai contra ele próprio e contra o seu meio social em seus valores de cultivo da vida.

Com auxílio do professor Hervé Carrier (1984), vejamos algumas expressões culturais que são novas e pedem espaço nas universidades. Mais propriamente são traços que hoje marcam a juventude que chega ao meio universitário, segundo estudos sociológicos reconhecidos. Os principais são os seguintes:

- a) reafirmação do valor *afetividade*, com rejeição às impessoalidades dos sistemas urbano-industriais e revalorização enfática das relações comunitárias mais profundas;
- b) um amor pela natureza que, em sua manifestação positiva, põe-se na defesa do meio ambiente e nos compromissos ecológicos de toda ordem, e que, em sua expressão dura e às vezes excessiva, traduz-se em crítica iconoclasta à ciência e à tecnologia;

c) importante fascínio por experiências extrassensoriais, redescobrimdo valores não materialistas; uma busca de peculiar espiritualidade, às vezes distanciada de igrejas, outras mal traduzidas em experimentos com drogas. Realidade abordada por Kolakowski, o filósofo, e Peter Berger, o sociólogo, nas respectivas obras intituladas “A revanche do sagrado na cultura profana” e *Um rumor de anjos*;

d) afirmação da própria identidade ou do direito de serem (os jovens de agora) diferentes dos seus pais, com a exigência de que se respeitem em sua dignidade;

e) esperança de justiça social e igualdade entre os homens, que se traduz em críticas às formas atuais de convívio de indivíduos, grupos e nações (CARRIER, 1984, p. 24-25).

Como se pode ver, o professor Carrier relaciona os traços mais belos das novas expressões culturais. No que me concerne, acrescentaria um ou outro traço preocupante. Por exemplo:

a) a dificuldade que parte dos ingressantes às universidades mostra de distinguir a crítica que se faz a uma dada racionalidade equivocada (como a do cientificismo), de uma crítica “descalibrada” à razão como tal. Isso dá como consequência o gosto por um voluntarismo indisciplinado e uma rejeição a tudo o que os convoque à autodisciplina racional;

b) um certo sentimento oceânico com o qual não percebem as diferenciações da vida, vendo-a como algo no qual as práticas filosóficas, artísticas e mesmo tecnológicas constituem uma única prática. Dá-se uma perda do senso de adequação que sublinha posicionamentos e condutas equivocados;

c) dificuldade de discernir entre ascendências morais e intelectuais que devem caracterizar os mestres que orientarão suas caminhadas e ascendências de puro poder, puro autoritarismo ou mera burocracia.

Esses aspectos problemáticos que acrescento pedem abordagem serena, mas corajosa da parte dos educadores. À universidade cabe conceder, sem ser demasiado concessiva; bem como cabe negar, sem se render a autoritarismos. A isso é que chamo lidar habilmente com as novas formas de expressão cultural: sem ignorá-las, mas tratando-as com critério.

Há algo que meus alunos trazem hoje para os bancos acadêmicos, que eu, quando entrei na universidade para estudar, não me lembro de ter trazido. Refiro-me à noção inquietante de que o saber hoje tem duração curta: sua obso-



lescência é um fato espantoso; o aluno aprende em cinco anos (e com isso é graduado e habilitado) o que, talvez no ano seguinte, já esteja superado. Correm por fora as atividades de institutos de pesquisa extra-acadêmicos, dotados muitas vezes com verbas superiores às das universidades, o que precipita muito o ritmo da obsolescência do conhecimento. Como ainda podem, professores e alunos, depositar confiança no fazer universitário? Não estarão, as universidades, reduzidas à condição de agências autorizadas de diplomação?

Nesse ponto torna-se necessário revisarmos a situação, de modo a que voltemos a ver com clareza qual o papel das universidades no atual contexto. De antemão afirmo que, do meu ponto de vista, as instituições acadêmicas têm hoje dos mais notáveis papéis de quanto historicamente já tiveram. Vejamos isso.

O professor Peter F. Drucker, administrador de empresas e importante pensador debruçado sobre a contemporaneidade, em capítulo intitulado “A sociedade pós-empresarial”, adverte que a grande revolução social do presente século manifesta-se nos setores mais avançados dos países, delineando o que Drucker chama a *knowledge society* com sua exigência de *knowledge workers*; isto é, as mais diversas formas de trabalho exigem conhecimento, de vez que passaram de atividades físicas irrefletidas e brutas a atividades intelectuais de maior ou menor sutileza (1989, p. 147-149). Mas o mesmo pensador escreve:

Para a criança moderna, a televisão e o videocassete certamente oferecem tantas informações quanto a escola, e provavelmente mais. Mas é somente através da escola – através de um aprendizado organizado, sistemático e significativo – que essas informações podem ser convertidas em conhecimento, constituindo um instrumento e um patrimônio intelectual do indivíduo. (DRUCKER, 1989 p. 200)

Encerrando o seu livro *As novas realidades*, no qual Drucker faz um gigantesco balanço da evolução do século XX, o pensador coloca – ao contrário do que muitos educadores fariam – a educação como fator primacial para os delineamentos do século XXI, desde que devidamente revisada e redimensionada.

Percebe-se, então, que às universidades competirá organizar e sistematizar os fundamentos do conhecer, de modo a que as informações cheguem a futuros profissionais que tenham atingido ao menos a *fase conceitual* e, portanto, saibam prosseguir com desenvoltura sua evolução permanente. As condutas de pensamento, as metodologias de pesquisa, o senso crítico, as técnicas de documentação e a estruturação mais palpável das personalidades dos educadores: eis os papéis por excelência das universidades. Vê-se que a competência da universidade se volta agora, primacialmente, para a promoção de um ser humano capaz de “permanecer sendo” um profissional digno e respeitável. Para mim, isso é a depuração

do papel da academia e a sua dinamização; e, na docência, quem a isso não se quiser ou puder adaptar, transformar-se-á em figura marginal. O intelectual empoeirado estará negando a HISTÓRIA.

Vem, ainda mais, do século XIX a voz firme e idônea do cardeal John Newman. Esse teórico da universidade com seu verbo direto sublinhou que as instituições acadêmicas têm como maior riqueza serem um espaço de encontro e comunicação humana convivente. Escreveu Newman:

Eis, pois, o que podemos afirmar, se de qualquer modo as ações dos homens são prova de suas convicções – que o campo e o inestimável serviço da *litera scripta* é o de ser o arquivo da verdade, uma autoridade a que se apelar e um instrumento de ensino nas mãos de um professor; mas que, se queremos ser exatos e nos tornar plenamente equipados em qualquer ramo do conhecimento que seja variado e difícil, temos que consultar o homem vivo e ouvir a sua viva voz. (1951, p. 9-10)

E o filósofo prossegue, mais à frente, sua reflexão, escrevendo que

Os princípios gerais de qualquer matéria podem ser estudados em casa num livro; mas o pormenor, a cor, o tom, o ar, a vida que os fazem viver em nós, temos que captar tudo isto daqueles em que já estão vivendo [...] Doses podem ir daqui aos confins da Terra levadas por livros; mas a plenitude está num só lugar. (NEWMAN, 1951, p. 10-11)

Segundo o cardeal Newman, a celebração do conhecimento e da sabedoria dá-se no convívio sistemático; e que a autonomia mais segura ante o conhecimento permanece sendo aquela em cujos alicerces trabalham educadores experientes junto com o educando.

No que tange ao Brasil – e não só ao Brasil –, as universidades ainda não despertaram para a sua verdadeira natureza (ou proposta) e para as suas tarefas. Elas ainda permanecem como arquipélagos, nos quais os institutos e faculdades são ilhas às vezes mesquinhas: numa ilha acantooam-se os cientistas irados com os filósofos e os artistas; noutra fazem sede os filósofos tradicionalistas tartamudeando uma linguagem esotérica, descompreendendo os artistas e com despeito pela performance socialmente mais aplaudida dos cientistas; numa terceira ilha, os artistas – em sua maioria – erguem o trono de Dionísio, cultivam uma concepção orgiástica de arte e pouco querem saber de pensamento e ciência. No entanto, toda essa gente poderia pôr-se em comunicação civilizada, do que certamente resultariam maravilhosas interfecundações.

Os “cachimbeiros de boca torta” é que preservam esse clima alienado. E as novas expressões culturais que chegam à universidade detestam o que ali encontram. Pena que, não muito tempo depois, podem estar pressionados por “maiorias cognitivas” – entrando nesse jogo nefasto.



Hervé Carrier: “realismo econômico” e “realismo cultural” – administração de universidades

Desde meados da década de 1970 para cá – e justo após o período de maiores “agitações” políticas no meio universitário –, o mundo passou a viver as grandes consequências da grande crise do petróleo, provocada pelos países produtores do Oriente Médio. Súbito, todo mundo principiou a lidar com formas de recessão que perpassavam as realidades norte-americanas, europeia e principalmente terceiro-mundista. Em toda parte os investimentos em qualidade de vida social se contraíam, com crises tributárias e prejuízo de programa vários – mormente os educacionais. A austeridade impunha-se e, como costuma ocorrer, seu peso faz-se maior na cultura e educação, máxime e em países sem grande tradição cultural. Também passou a ser alarmante o número de formados (graduados e licenciados) sem emprego, de vez que o desemprego é sempre a ferida mais aberta das recessões.

“De que maneira as universidades reagiram a condições tão adversas?”, pergunta o professor Carrier. E responde:

Como prioridade máxima os administradores e os corpos diretivos cercearam as despesas e reduziram cargos. Os programas foram revisados ou inclusive alguns foram deixados de lado; simplificaram-se os currículos; puseram-se limites à contratação de novos professores sempre que possível. Em muitos países puseram em vigor novas regulamentações com respeito a questões tão delicadas como a quantidade de estudantes por faculdade, o número mínimo de estudantes que se poderia admitir em cada sala de aula e – como a mais delicada de todas as questões – o conteúdo dos programas de estudo. As universidades ou bem acataram estas disposições ou cerraram suas portas, como o fizeram muitas deste então. (1984, p. 14-15)

Carrier admite a inevitabilidade de atender-se, em muitos aspectos, às imposições da nova dificuldade econômico-financeira. Mas só admite o chamado *realismo econômico* até o ponto para além do qual se inicia a desvitalização essencial da vida universitária. Pondera:

Como foi necessário conceder uma alta prioridade às considerações econômicas, os administradores, no geral, estiveram mais atentos à administração que aos temas verdadeiramente universitários. Algumas universidades chegaram ao ponto de adotar uma espécie de enfoque comercial, e trataram de atender os gostos e os desejos de um público que clamava por programas orientados para determinadas carreiras, à custa da educação geral. (1984, p. 15)

Isto é, o pragmatismo econômico acabava aceitando a minúscula visão das universidades como estritas escolas profissionais expedidoras de mais vistosos diplomas.

Uma pesquisa feita em 586 faculdades autônomas e universidades dos Estados Unidos da América apresenta cinco frases (em seus percentuais de uso) que delineiam o perfil dos universitários norte-americanos do período em foco, por meio da fala cotidiana dos professores. São elas: a) “ser orientado para uma carreira” (48%); b) (estudantes) “preocupados consigo próprios” (73%); c) (estudantes) “preocupados com o êxito material” (63%); d) “bem preparados” (57%); e) (ser) “práticos” (55%); (cf. CARRIER, 1984, p. 16). Ora, se todas as universidades cedessem de forma acrítica e sem resistência, a um tal pragmatismo conhecido por *realismo econômico*, teríamos já assistido à derrota total da educação de 3º grau. Felizmente, alguns visionários e idealistas cederam às pressões recessivas apenas até o limite da sobrevivência da vitalidade acadêmica. De certa forma, foi um bom momento para se conhecer e discernir grandes reitores de meros empresários. Como comenta Hervé Carrier:

Um estilo de administração que se concentre nos problemas diários levará inevitavelmente a um estreitamento dos horizontes intelectuais em toda a comunidade universitária, o que significaria uma perda ainda maior da corrente central da cultura. Deixaria às universidades um papel marginal na sociedade. A perda de credibilidade poderia precipitar com rapidez o seu declínio. (1984, p. 17)

Embora existam em problemático contexto econômico-financeiro e não podendo ignorar isso levemente, afirma Carrier enfaticamente que o problema da universidade é de caráter cultural. Defende, esse professor, que o realismo econômico não pode, na universidade, sobrepujar o *realismo cultural*; isso no sentido de que, às novas expressões culturais, as instituições acadêmicas têm de se abrir no encalço de oferecer-lhe apreciáveis contribuições. Além do que, a questão da viabilidade financeira de determinados cursos não pode ser sobreposta à necessidade desses cursos no contexto de uma universidade séria, desde que os referidos cursos se demonstrem culturalmente necessários. Muitas vezes será inevitável o endividamento para que a instituição universitária não seja substituída. Ainda é o professor Carrier que adverte: “O realismo cultural deveria converter-se novamente no traço distintivo das comunidades universitárias, quer dizer, de todos os que se dedicam a aprender, ensinar, pesquisar ou administrar” (1984, p. 19).

Afinal, há uma missão específica e de caráter único para a universidade. A despeito de todos os institutos industriais de pesquisa e de todos os meios de comunicação que podem com ela competir, só a universidade pode realizar, ao mesmo tempo, as tarefas tão delicadas de atender ao crescimento pessoal dos educandos e integrar a ciência na trama calorosamente humana da cultura. Nem todos os professores, infelizmente, assumem sua missão de educadores, bastando-lhes comunicar friamente dados e informações. Mas é aos educadores,



àqueles voltados para o ser humano em sua vida individual e social, que cabe configurar universidades de verdadeiros préstimos ao meio.

O *realismo cultural* está naquilo que Carrier chama a “universidade invisível”. Ele, de forma indireta, pode evidenciar-se no tratamento do espaço acadêmico, em obras de construção e outros sinais exteriores. Mas sua configuração maior situa-se num projeto de existência e trabalho que, sem abstrair as limitações econômico-financeiras, volta-se ao ideal do crescimento humano na sociedade. Em palavras definitivas: o que faz uma universidade não é só a abundância de recursos; esta é ideal, mas antes dela vem a definição de um projeto didático-pedagógico que possa ser partilhado por todas as unidades que compõem o corpo universitário em seu todo.

Vê-se aí que o realismo cultural não é apenas uma incumbência administrativa. Ele envolve todos os acadêmicos, destes exigindo sérias transformações de atitudes e – acima de tudo – a superação de certo infantil clima de disputas por espaços de poder que criam um mar de boicotes e questionamentos ridículos em quase todas as instâncias decisórias. O resultado disso é a congestão burocrática, que vai estourar sobre os trabalhadores aplicados e – o que é pior – no aluno.

Ora, na medida em que, como vimos, novas formas de expressão cultural chegam às universidades, o meio acadêmico tem que reunir vitalidade e lucidez para buscar estudá-las e compreendê-las, para que com elas possa trabalhar produtivamente. As dificuldades econômico-financeiras têm-se acirrado, e o realismo econômico precisa ter seu lugar sim. Mas as universidades, se não assumirem a natureza cultural de sua problemática, esvaziar-se-ão de sua razão de ser. Como é evidente, isso exige ampla visão dos seus administradores, como, destes mesmos, uma especial criatividade administrativa. Se tal for impossível, as instituições acadêmicas se destinarão a ser melancólicas empresas ou, no dizer popular, “fábricas (de diplomas) sem chaminé”.

Universidade e espírito divino

De uns dez anos para cá, pudemos participar de bancas examinadoras de mestrados e doutorados cujas dissertações e teses exploravam temas espiritualistas. Não foram muitas, mas significavam ventos novos nas férreas mornidões positivistas e de outros agnosticismos que por décadas tipificaram não só as ciências biológicas e matemáticas, mas também as hermenêuticas ou humanas. De todo modo, o tom das universidades – com parcas exceções – tem sido o de um cientificismo espiritualmente cético e *rempli de soi même*.

Essencialmente é, o atual, um cientificismo um tanto distinto daquele do século XIX, tão bem apresentado e defendido por Ernest Renan, por exemplo. O cientificismo do oitocentos resultava de um surto de entusiasmo quase juvenil que vinha de extraordinários e surpreendentes descobrimentos em ciência e tecnologia. Já o cientificismo contemporâneo é de muita arrogância, com absoluta dificuldade de repartir o espaço das especulações com temas transcendentais. Os meios acadêmicos não abriram portas para transcendentalismos; quem foi forçando tais portas foram vários cientistas históricos (alguns com Prêmio Nobel) como Einstein, William Tiller, Teilhard de Chardin, Werner Heisenberg, Richard Gerber e outros. Atualmente, a notável geneticista Hebe Laghi de Souza – de fé espírita-cristã – tem visto livro seu discutido pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), bem como tem sido convidada para debates acadêmicos. E são obras espiritualistas.

Como escreveu Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*: “Deus é paciência; o contrário, é o diabo” (2006, p. 17). O espiritualismo não padece de pressa, pois que não deve ser proselitista e nem afoito para converter o meio acadêmico. Disse o Mestre Jesus, no Sermão do Monte (Mateus, 5:3): “Bem aventurados os pobres segundo o espírito”; o Mestre não se referia a idiotizados, retardados ou toscos, mas àqueles que, por mais que saibam, têm uma abertura humilde na mente e na alma. O genial Isaac Newton, já agonizante, disse que se sentia como uma criança que passara décadas na praia catando conchinhas bonitas trazidas pelas ondas, ante um oceano imenso talvez pleno de conchas muito mais bonitas e maiores, mas que a criança não tinha como conhecer. Eis um “bem aventurado pobre segundo o espírito” e que marcou definitivamente a história da ciência em nosso mundo.

O autor destas páginas esteve quarenta e dois anos dentro de universidades; o que lhe permite testemunhar que, quando foi aluno, nós – os que tínhamos uma fé – nos constrangíamos em declarar nossa escolha religiosa em sala de aula. Costumavam, os colegas, olhar para nós como uma “espécie em extinção”. Mas, este autor, em seus últimos quinze anos de docência, em graduação e pós-graduação, quando no ensino fazia alguma referência ou comentário espiritualista, era como se a classe se acendesse e, aí, o docente tinha que pôr de parte seu roteiro para atender aos sôfregos interesses espirituais dos alunos e alunas.

Dr. Adolfo Bezerra de Menezes e o professor Eurípedes Barsanulfo, dois dos grandes luminares que por nós muito laboram no mundo espiritual, em suas comunicações são concordes em que é imenso o trabalho que o século XXI tem pela frente, mas que os resultados desse trabalho serão garantidamente maravi-



lhosos, em meados do presente século, no qual todo espiritualista e espírita-cristão se deve dedicar empenhadamente à “educação social”, sem dar importância às políticas atrasadas das comunidades religiosas. A *diversidade* é fato essencial do meio humano, e se entregam a essa desventurada que é política os que, intollerantemente não sabem lidar com as diferenças.

Escrevi, em meu livro *Educação contemporânea* (2003, p. 53 e ss.):

E sobretudo as escolas se ressentem de tal crise (contemporânea), de vez que elas sempre vibraram como corda tensa ao tanger vigoroso ou leve dos movimentos globais da sociedade. Quando a sociedade adormece, a escola sonha. Quando a sociedade desperta para as suas injustiças e fragilidades, a escola se contorce em angústia muda.

Isto vale para todos os níveis educacionais. Todos os que têm compromissos de trabalho com universidades têm, antes de tudo, compromisso com o existir humano. Sensibilização humana, vida experienciada em dimensão de eternidade – coisas que precisam transformar o mundo para melhor, confiadas nas promessas evangélicas, bem como nas mensagens do Dr. Bezerra e do Prof. Barsanulfo e nos triunfos acenados por Allan Kardec em obras da Codificação Espírita.

Nas palavras de Santo Agostinho, nada sabemos sobre Deus, de vez que este não é objeto de conhecimento. Ele é inefável. Mas a intuição de Sua Grande Presença um dia será sentida de forma emocionada por todos. Filhos comungando com o Pai.

Palavras conclusivas

Num seminário do qual participei em uma universidade do Sul do país, alguém levantou a possibilidade de que eu fosse demasiado idealista (ou sonhador). Na ocasião, observei ao colega:

Ponhamos *todas* as hipóteses: ou estou sendo sonhador demais ou a dimensão utópica do meu pensamento inquieta os mais acomodados. Talvez seja cínico reconhecer que as novas gerações necessitem de bons exemplos e nós, os “experientes”, eximirmo-nos de dar esses exemplos.

Segui explicando, naquele plenário, que – por não acreditar em análises ideológicas – sempre procurei aproximar-me da realidade universitária fenomenologicamente (não em termos de método) e, observando-a atentamente, erigir pontos de vista com independência.

O espírito deste ensaio é o mesmo que propus naquele seminário. Sabendo que há muitas leituras possíveis da nossa circunstância, ofereço a minha leitura

como contributo certamente singelo, mas dotado de fé viva nessa instituição tão abalada pelas avalanches iconoclastas deste início de século: a universidade. Sejam estas páginas meros subsídios para que descubramos, pelos erros ou pelos acertos delas, um caminho luminoso para melhores dias.

Referências bibliográficas

- BERGER, Peter L. *Um rumor de anjos*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CARRIER, Hervé. *La universidad y los nuevos desafíos culturales*. La Plata, Universidade Católica de La Plata: Fondo Editorial Universitario, Serie Los Educadores, 1984.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica – ensaio sobre o homem*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- DRUCKER, Peter F. *As novas realidades – no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- KILAKIWSKI, Lezsek. “A revanche do sagrado na cultura profana”. In: *Religião e Sociedade*, nº 1, maio de 1977.
- MORAIS, Regis de. *Cultura brasileira e educação*. Campinas: Papirus, 1989.
- NEWMAN, John Henry. *Naturaleza y fin de la educación universitaria* (primeira parte de Idea de una universidad). Madri: Educaciones y Publicaciones Españolas S.A., 1946.
- NEWMAN, John Henry. *Origem e progresso das universidades*. São Paulo: Edição do tradutor Pe. Roberto Sabóia de Medeiros, S.J., 1951.
- ROSA, J. Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SPITZBERG JR., Irving (org.). *Universities and international distribution of knowledge*. Nova York: Praeger/CBS Educational and Professional, 1980.
- TRAMONTIN, R. e BRAGA, R. *As universidades comunitárias: um modelo alternativo*. São Paulo: Leopoldianum/Loyola, Ipea, 1988.
- WHITEHEAD, Alfred. *Os fins da educação e outros ensaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1970.